

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
CURSO DE JORNALISMO**

EWERTON GOMES PEREIRA DA SILVA

**O GOLPE MILITAR DE 1964 E O IMPEACHMENT DE 2016 EM EDITORIAIS DA
FOLHA DE S.PAULO**

**RECIFE
2025**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

CURSO DE JORNALISMO

EWERTON GOMES PEREIRA DA SILVA

**O GOLPE MILITAR DE 1964 E O IMPEACHMENT DE 2016 EM EDITORIAIS DA
FOLHA DE S.PAULO**

Monografia apresentada pelo estudante Ewerton Gomes Pereira da Silva ao curso de Jornalismo, Departamento de Comunicação, Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Jornalismo, sob orientação da Profa Dra Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes.

Recife, dezembro 2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Ewerton Gomes Pereira da.

O golpe militar de 1964 e o impeachment de 2016 em editoriais da Folha de S.Paulo / Ewerton Gomes Pereira da Silva. - Recife, 2025.

39 p.

Orientador(a): Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Jornalismo - Bacharelado, 2025.
Inclui referências.

1. Discurso. 2. Editorial. 3. Folha de S. Paulo. 4. Golpe. 5. Impeachment. 6. Imprensa. I. Gomes, Isaltina Maria de Azevedo Mello. (Orientação). II. Título.

070 CDD (22.ed.)

EWERTON GOMES PEREIRA DA SILVA

**O GOLPE MILITAR DE 1964 E O IMPEACHMENT DE 2016 EM EDITORIAIS DA
FOLHA DE S.PAULO**

Monografia apresentada à Universidade
Federal de Pernambuco, como exigência final
para conclusão da graduação em Jornalismo.

BANCA EXAMINADORA

Profa Dra Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes (UFPE)

Orientadora

Profa. Dra. Adriana Maria Andrade de Santana (UFPE)

Membro Interno

Prof. Dr. Adriano Oliveira dos Santos

Membro Externo

RECIFE - 2025

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) por sua existência. É sempre preciso defender a universidade pública e gratuita, com ensino de qualidade e com total condições de acesso para todos.

Agradeço a todo corpo docente do curso de Jornalismo, por todas trocas e experiências durante toda a formação. Os professores foram fundamentais para a construção do profissional de comunicação que sou.

A professora Isaltina Gomes, minha professora durante a graduação e minha orientadora neste trabalho. Agradeço por toda paciência e dedicação, sem sua colaboração não seria possível construir tudo que foi feito. Gratidão. A professora Paula Reis que me ajudou muito no início da caminhada deste trabalho, me direcionando a construir da melhor forma possível.

A professora Adriana Santana, que também foi minha professora durante a formação, e aceitou fazer parte da banca examinadora, mesmo com sua agenda apertada.

Ao professor Adriano Oliveira que logo após ler o tema do trabalho, aceitou compor a banca examinadora.

A família e amigos que caminharam junto comigo nessa jornada.

RESUMO

Este trabalho analisa os editoriais publicados no jornal Folha de S.Paulo (FSP) em dois momentos históricos do país: o Golpe Militar de 1964 e o Impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Defendemos a hipótese que o jornal utilizou discursos semelhantes que buscavam deslegitimar e, por fim, derrubar governos eleitos democraticamente. Foram três os eixos temáticos observados nesta pesquisa: *Expectativas de Início de ano*; *Manifestações*; e o *Discurso político da queda dos presidentes para uma possível melhora do país*. A metodologia utilizada analisa todos os editoriais, dentro um determinado período, em 1964 e em 2015-2016, para entender como se consolidaram os discursos do jornal em torno dos eventos. Em 1964, foram coletados os editoriais entre 1 de Janeiro de 1964 a 2 de Abril de 1964, totalizando 93 textos. Em 2016, foram coletados os editoriais do período entre 2 de Dezembro de 2015 a 3 de Abril de 2016, perfazendo um total de 114 textos. Após as leituras dos textos, recortamos dez editoriais que se enquadram nos eixos temáticos estipulados e “conversam” entre si em 1964 e 2016. Para compreender as narrativas produzidas nos editoriais, nos apoiamos na Análise Crítica do Discurso (ACD), utilizando dois autores fundamentais: Norman Fairclough e Teun A. Van Dijk. Os principais resultados observados apontam que as narrativas empregadas nos editoriais da Folha de S.Paulo, buscaram reconfigurar as relações de poder estabelecidas, trazendo uma nova concepção de mundo e estabelecendo novas práticas sociais. O estudo também aponta a ideologia dominante do veículo nos dois períodos, com uma visão mais conservadora dos acontecimentos. Além de concluir que o jornal discursou de forma equivalente nos dois cenários históricos.

Palavras-chave: Discurso; Editorial; Folha de S. Paulo; Golpe; Impeachment; Democracia; Imprensa.

ABSTRACT

This study analyzes the editorials published in the newspaper *Folha de S. Paulo* (FSP) during two historical moments in Brazil: the 1964 Military Coup and the 2016 Impeachment of Dilma Rousseff. We argue that the newspaper used similar discourses aimed at delegitimizing and ultimately overturning democratically elected governments. Three thematic axes were observed in this research: New Year Expectations; Protests; and the Political Discourse of the Fall of Presidents as a Possible Improvement for the Country. The methodology involved analyzing all editorials within a specific period in 1964 and in 2015–2016 in order to understand how the newspaper's discourses surrounding the events were consolidated. In 1964, editorials from January 1 to April 2 were collected, totaling 93 texts. In 2016, editorials from December 2, 2015 to April 3, 2016 were collected, totaling 114 texts. After reading all texts, we selected ten editorials that fit the established thematic axes and “dialogue” with one another in both 1964 and 2016. To understand the narratives produced in the editorials, we relied on Critical Discourse Analysis (CDA), drawing on two key authors: Norman Fairclough and Teun A. van Dijk. The main results indicate that the narratives employed in *Folha de S. Paulo*'s editorials sought to reconfigure established power relations, presenting a new worldview and establishing new social practices. The study also identifies the newspaper's dominant ideology in both periods, marked by a more conservative interpretation of events. Finally, it concludes that the newspaper articulated its discourse in a similar way in both historical contexts.

Keywords: Speech; Editorial; Folha de S. Paulo; Coup; Impeachment; Democracy; Press.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	_____	pág. 8
2. METODOLOGIA	_____	pág. 10
3. TEXTO E DISCURSO	_____	pág. 11
4. ANÁLISE DOS TEXTOS	_____	pág. 13
4.1. A ESCOLHA DOS EDITORIAIS E DOS EIXOS TEMÁTICOS	_____	pág. 13
4.2. EIXO EXPECTATIVAS DE INÍCIO DE ANO	_____	pág. 14
4.3. EIXO MANIFESTAÇÕES	_____	pág. 18
4.4. EIXO POLÍTICO	_____	pág. 24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	_____	pág. 34
6. REFERÊNCIAS	_____	pág. 36

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Traquina (2005), os jornalistas e, consequentemente, o jornalismo, são participantes ativos na construção da realidade, o que impacta e influencia como a sociedade enxerga os acontecimentos. Nesse sentido, os veículos tradicionais, que têm grande circulação e são apoiados pelo capital financeiro, conseguem exercer sua influência de forma contundente, através dos seus recortes da realidade e dos enquadramentos das notícias, reportagens e demais gêneros jornalísticos. Marcus Ianoni (2003) comprehende que quando as grandes empresas de mídia vendem seus produtos, vendem também suas concepções de mundo, seus valores e sua ideologia. Nesse caminho, esses grandes veículos apresentam uma visão de mundo que afasta outras narrativas e busca defender interesses políticos, econômicos e sociais de uma pequena parcela da sociedade. Ou seja, nenhum veículo de mídia é neutro, todos estão dentro de um campo ideológico.

Entre os diversos gêneros jornalísticos, o editorial é o que, de fato, mostra o lugar dos veículos no campo das ideias. No editorial, a empresa jornalística apresenta argumentos e defende um ponto de vista alinhado a seu posicionamento político e ideológico. Para Alverne e Marques (2015), o editorial é o gênero que melhor ilustra a tensão entre interesses públicos e privados da empresa jornalística, sendo o espaço do jornal por excelência para se “fazer política”, pressionar o interesse público e colocar assuntos na pauta das discussões sociais. Durante a história do jornalismo brasileiro, temos exemplos de diversos editoriais que se afastaram do interesse público, das práticas do bom jornalismo e até da defesa da democracia, inclusive, com apoio a movimentos antidemocráticos.

Percebemos, durante as pesquisas sobre o tema, que a maioria dos estudos de mídia que falam sobre editoriais em contextos de rupturas democráticas fazem uma análise discursiva dos textos, buscando entender como a mídia tradicional cria suas narrativas e influencia a opinião pública. Podemos citar alguns exemplos. O artigo de Santos e Costa (2021): *A Construção Metafórica do Golpe de 1964: Uma Análise Discursiva dos Editoriais do Jornal Folha de S. Paulo*. O estudo comprehende, em uma perspectiva histórica, a atuação do Jornal Folha de S.Paulo em relação ao Golpe Militar de 1964, a partir da análise das construções

metafóricas presentes em seus editoriais de janeiro a maio de 1964. Sobre o impeachment de Dilma Rousseff, podemos citar o artigo de Marques, Alverne e Mitozo (2018): *A empresa jornalística como ator político: Um estudo quanti-qualitativo sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão*. A pesquisa examina como esses jornais se posicionaram politicamente em seus editoriais acerca do impeachment de Dilma Rousseff. Os resultados apontam que os textos pautam o impeachment antes mesmo da ação se iniciar institucionalmente. Ou seja, a conclusão indica como a mídia foi um ator político preponderante no processo de cassação da presidente e na formação da opinião pública.

Contudo, não encontramos nenhum estudo que fizesse a comparação de editoriais nos últimos processos de rupturas democráticas no Brasil: o golpe militar de 1964 e o impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Por isso, este projeto visa analisar os discursos empregados nos editoriais do jornal Folha de S.Paulo (FSP) aproximando os dois eventos. A hipótese levantada aqui é que o jornal utilizou discursos semelhantes nos dois cenários, buscando enfraquecer e, por fim, legitimar a queda de governos eleitos democraticamente. A escolha da Folha de S.Paulo se deu por ser o principal veículo impresso da maior metrópole do Brasil e estar entre os jornais mais vendidos e lidos no momento dos acontecimentos analisados, o que demonstra sua força de influência. Em 1960, após a união dos jornais: Folha da Manhã, Folha da Tarde e Folha da Noite, surge a Folha de S.Paulo. Em 1964, o veículo já está consolidado como um dos principais jornais do país. Já em 2016, dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), detalham que a Folha de S. Paulo é líder tanto no mercado impresso, ainda forte à época, quanto no digital.

2. METODOLOGIA

Para entender como se consolidaram os discursos da Folha de S.Paulo em torno dos golpes ocorridos em 1964 e 2016, neste estudo, coletamos todos os editoriais da FSP publicados em dois períodos: de 01 de janeiro a 02 de abril de 1964 e de 02 de dezembro de 2015 a 03 de abril de 2016. A escolha desses períodos se deve ao contexto relacionado aos referidos golpes.

No início de 1964, o governo do presidente João Goulart já estava pressionado por parte da elite brasileira. A Folha de S.Paulo criticava a falta de ações no penúltimo ano de mandato de João Goulart, 1963, sem grandes feitos, além das críticas a possíveis casos de corrupção e aos sindicatos, que eram próximos do então presidente. Já em 2016, a data de início da análise marca a aceitação por Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, para o pedido de denúncia de crime de responsabilidade contra Dilma Rousseff. A data final corresponde à publicação do editorial mais emblemático do jornal durante o período do impeachment, o texto: *Nem Dilma, Nem Temer*. Ao todo, foram coletados 93 editoriais em 1964 e 114 editoriais entre o final de 2015 e início de 2016.

Por fim, analisamos dez editoriais dentro de três eixos temáticos: Expectativas de Início de Ano, Manifestações e Político. No eixo Expectativas de Início de Ano foram cinco textos: *1964* (01/01/1964); *O Ano das Reformas* (02/01/1964); *Colapso* (02/12/2015); *Muito Pior* (29/12/2015) e *Poucas Esperanças* (01/01/2016). No campo das Manifestações usamos para as análises os editoriais: *Para quê?* (14/03/1964); *Povo, apenas Povo* (20/03/1964) e *Recado Cabal* (14/03/2016). Por fim, na defesa da queda dos governos, utilizamos: *Em Defesa da Lei* (03/04/1964) e *Nem Dilma, Nem Temer* (02/04/2016).

3. TEXTO E DISCURSO

Para analisar os textos utilizaremos a Análise Crítica do Discurso (ACD), apoiados em dois autores fundamentais, Norman Fairclough e Teun A. Van Dijk.

Discurso é usado na linguística com referência a amostras ampliadas de linguagem falada ou escrita. [...] esse sentido de 'discurso' enfatiza a interação entre falante e receptor(a) ou entre escritor(a) e leitor(a); portanto, entre processos de produção e interpretação da fala e da escrita, como também o contexto situacional do uso linguístico. Texto é considerado aqui como uma dimensão do discurso: o 'produto' escrito ou falado do processo de produção textual (Fairclough, 2001. p.21)

Para Fairclough (2001), o discurso tem três aspectos de efeitos construtivos na sociedade. Em primeiro lugar, o discurso funciona para a construção do que variavelmente é referido como identidades sociais e posições de sujeito e os vários tipos de formação do 'eu'. Segundo, o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas. E, terceiro, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença. Dessa forma, para o autor o discurso reflete e representa entidades e relações sociais, além de posicionar pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais e construir entidades-chaves, como doença mental e cidadania.

Nesse sentido, o discurso funciona como uma importante engrenagem do motor da sociedade, moldando padrões, estabelecendo conceitos e, quando necessário, trabalhando na mudança das diretrizes sociais e políticas. Segundo essa análise, Fairclough se interessa como o discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (Fairclough, 2001. P.91)

Esta última construção é fundamental para Fairclough, que entende que os efeitos sociais são o foco da análise do discurso. Assim, o interesse do autor direciona também nossa pesquisa, visto que os discursos empregados na Folha de

S. Paulo nos cenários analisados buscaram transformar as relações de poder que estavam estabelecidas, consequentemente, trazendo mudanças sociais.

Para perceber as mudanças sociais advindas dos discursos, Fairclough (2001) entende que é necessária uma leitura interdisciplinar e tridimensional do discurso. Segundo o autor, qualquer discurso é considerado simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social. A dimensão do texto é referente à análise linguística. A dimensão da prática discursiva (produção, distribuição e consumo), especifica a natureza dos processos de produção e interpretação textual, que tipos de discurso são derivados e como se combinam. A dimensão de prática social cuida de questões de interesse na análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos e construtivos. As duas últimas dimensões são primordiais para a construção da nossa análise, pois analisamos como as narrativas empregadas na Folha de S.Paulo buscaram estabelecer novas práticas sociais e políticas. Boa discussão teórica

Para Van Dijk (1990), texto e contexto são dimensões fundamentais na análise do discurso.

As dimensões textuais descrevem as estruturas do discurso em diferentes níveis de análise. As dimensões contextuais relacionam essas descrições estruturais com diferentes propriedades do contexto, como os processos cognitivos, as representações ou os fatores socioculturais (Van Dijk, 1980. p.45-46)

Van Dijk (1990) afirma que é fundamental a análise do discurso tratar não apenas das propriedades do texto, mas também analisar o que determina o contexto, bem como as características da situação social. O autor avalia que uma análise abrangente do discurso, pressupõe uma compreensão do contexto no sentido de que o uso de um discurso em uma situação social é, ao mesmo tempo, um ato social (Van Dijk, 1990). Dessa forma, o autor afirma que o principal objetivo da análise do discurso, portanto, consiste em produzir descrições explícitas e sistemáticas das unidades do uso da linguagem, às quais chamamos de discurso.

Essas descrições têm duas dimensões principais, denominadas de textual e contextual.

Assim, a integração do discurso com o contexto social é fundamental para os autores e para este estudo, pois buscamos analisar os editoriais da Folha de S. Paulo atrelados aos contextos históricos, construindo entendimento dos seus objetivos e ideologias e traçando um paralelo de narrativas entre 1964 e 2016. Dessa forma, nesta pesquisa, buscamos entender como o texto produz discursos, seu contexto sócio-histórico e suas consequências sociais e políticas.

4. ANÁLISE DOS TEXTOS

4.1 A ESCOLHA DOS EDITORIAIS E DOS EIXOS TEMÁTICOS

A escolha dos dez editoriais se deu pelo diálogo que eles estabelecem entre 1964 e 2016. Além disso, buscamos construir temas que ficam perceptíveis uma similaridade de discursos proferidos pela Folha de S.Paulo nos contextos mencionados. No eixo Expectativas de Início de Ano, os editoriais escolhidos fazem uma análise do ano anterior de cada governo e projetam o ano que se inicia. O objetivo desse eixo é compreender as análises e expectativas da Folha de S.Paulo com os governos João Goulart e Dilma Rousseff em cenários de crise política com um país com forte polarização.

No eixo Manifestações, os editoriais discutem os principais atos em 1964 e 2016. Selecionei textos que expusessem as diferentes percepções entre as manifestações da direita e da esquerda, o que gera um cenário de atos “bons” e “ruins”.

Já no eixo Político, os dois textos analisados argumentam a necessidade da mudança de poder para o fim da crise política, social e econômica que o país vivenciava. Os dois editoriais analisados são emblemáticos para entender todo o posicionamento da Folha diante do cenário social e político do Brasil nos anos do golpe e ainda perceber como a FSP enxergava os governos de João Goulart e Dilma Rousseff. Dessa maneira, buscamos fazer um “casamento” de editoriais que conversam entre si, dentro dos eixos temáticos, a fim de comprovar uma coerência

narrativa da Folha de S.Paulo em defesa das rupturas democráticas. Em cada eixo, falamos do golpe militar de 1964 e do impeachment de Dilma Rousseff em 2016, para entender o contexto histórico de cada evento e como os editoriais se colocam diante dos fatos. Para, ao final, relacionar os discursos empregados nos dois eventos.

Quadro 1: Editoriais selecionados para análise

EDITORIAS 1964	EDITORIAS 2016
EIXO EXPECTATIVAS DE INÍCIO DO ANO	
1964	<i>Colapso</i>
<i>O Ano das Reformas</i>	<i>Muito Pior</i>
	<i>Poucas Esperanças</i>
EIXO MANIFESTAÇÕES	
<i>Povo, apenas Povo</i>	<i>Recado Cabal</i>
<i>Para quê?</i>	
EIXO POLÍTICO	
<i>Em Defesa da Lei</i>	<i>Nem Dilma, Nem Temer</i>

Fonte: Elaborado pelo autor

4.2 EXPECTATIVAS DE INÍCIO DE ANO

O INÍCIO DO ANO DO GOLPE MILITAR

Em 1964, o país vivia um cenário de grande conturbação política e social, com o presidente João Goulart entrando no seu penúltimo ano de mandato. Para Napolitano (2014), a principal virtude do governo Goulart foi revisar a agenda da política brasileira na direção de uma democratização da cidadania e da propriedade. Mas em um ambiente político profundamente conservador e excludente, marcado

por oligarquias e elitista deram ao mandato uma crise política conjuntural, além do fantasma do comunismo que assombrava o país desde 1950. Napolitano afirma que quando as esquerdas ameaçaram transformar sua agenda reformista em um projeto político de governo, o que aconteceu a partir do final de 1963, as direitas agiram.

As esquerdas exerciam força naquele contexto histórico. No editorial 1964 de 1 de janeiro no ano do golpe é usado o termo "República Sindicalista", em referência a muitas greves e a vários grupos que se mobilizaram no ano anterior. Nesse texto, a Folha critica as poucas ações governamentais e o ambiente político do país. Para o jornal, 1963 foi "estéril de realizações [...] e, ao mesmo tempo fértil em agitação, em deslumbramentos e em greves políticas a paralisar pontos vitais do país" (Folha de S. Paulo, 1 jan. 1964). Com esse apoio das esquerdas, as reformas de base, leia-se: agrária, bancária, eleitoral e tributária, além de outras demandas eram a principal bandeira do governo Jango, como era conhecido João Goulart.

No editorial de 2 de janeiro de 1964 com o título: *O Ano das Reformas*, a Folha cita o discurso de ano novo de João Goulart, no qual o presidente fala sobre as reformas e elas são prioridade de governo, mas aponta razões que põem em dúvida essa intenção reformista do presidente.

"A realização das reformas de base não é tarefa fácil", como disse o presidente. E mais difícil ela se torna, ainda, por dois motivos: porque o atual governo, que fez do reformismo a tecla praticamente única em que sabe bater, não soube equacionar com precisão nenhuma reforma e porque muitas correntes de opinião têm razões, muitas vezes fundadas, de não acreditar na sinceridade de propósitos do governo. (Folha de S. Paulo, 02 jan. 1964).

Além da crítica mais uma vez à falta de produtividade do governo, as correntes contrárias de opiniões, citadas no editorial, eram a oposição ao presidente, neste caso, as direitas. Para Napolitano (2014), João Goulart era visto por esse campo como amigo dos comunistas, incompetente nas questões administrativas, irresponsável como homem político que incrementava a subversão. Um populista que prometia mais do que poderia cumprir a classe trabalhadora. Alinhado a esse olhar, Napolitano (2014) ainda ressalta que a luta pelas reformas de base, na visão da imprensa liberal, tinha se tornado a desculpa para subverter a ordem social, ameaçar a propriedade e a economia. Dessa forma, se criava um

discurso antirreformista na imprensa. Essa leitura é demonstrada no mesmo editorial de 2 de janeiro no trecho:

O passo mais importante a ser dado pelo sr. João Goulart é, pois, remover esses obstáculos, dando definição e objetividade às alterações de estrutura que pretende e convencendo a nação de que as reformas serão feitas sem abalo das instituições democráticas [...] (Folha de S. Paulo, 02 jan. 1964)

Os obstáculos falados no editorial são a própria inoperância do governo. Assim, nos editoriais analisados de início de ano, a Folha de S. Paulo traz uma visão de um governo João Goulart sem ações relevantes em 1963, colocando um rótulo de ineficaz para Jango e pessimismo declarado com o ano que se inicia, enfatizando que o governo Goulart tem apenas um discurso: as reformas de base. Além disso, como visto na última citação, o jornal coloca em dúvida a democracia do país, caso as possíveis mudanças do governo Goulart sejam implementadas, jogando mais um elemento de tensão na já conturbada vida política do país.

O COMEÇO DO PROCESSO DE IMPEACHMENT

O ano de 2016 não começa menos tumultuado. A crise econômica é o principal foco dos debates sobre o país e serve de combustível para a oposição do governo Dilma. De acordo com Jinkings, Doria e Cleto (2016), o neoliberalismo, desde anos 1990, exerce força na política econômica do Brasil. Com a ascensão dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), a partir de 2003, essa agenda continua ativa, mas foram adotadas políticas sociais de alto impacto, diferente dos governos anteriores de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Programas como Bolsa Família, que mexeu na distribuição de renda do país, além de outros programas que buscaram a constituição de um tecido social menos desigual, como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), mudaram as estruturas sociais do Brasil. Ainda segundo Jinkings, Doria e Cleto (2016), o Instituto Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) organiza a sociedade numa pirâmide seccionada em classes designadas como A, B, C, D e E, tomando como critérios a renda, a propriedade de bens imóveis e móveis, a escolaridade e a ocupação ou profissão exercida. Diante desse

critério, entre 2003 e 2011, as classes D e E diminuíram consideravelmente, passando de 96,2 milhões de pessoas para 63,5 milhões; também houve crescimento das classes A e B. Mas a expansão verdadeiramente espetacular ocorreu na classe C, que passou de 65,8 milhões de pessoas para 105,4 milhões. Dessa forma, ocorreram mudanças significativas na composição social do país. A combinação de agenda liberal e políticas sociais são contraditórias. Contudo, enquanto prevaleceu o crescimento econômico essa contradição foi acomodada (Jinkings, Doria e Cleto, 2016). Mas a situação se alterou:

O advento da crise financeira internacional ao final de 2008 e suas consequências para os países emergentes começaram a desmanchar essa conciliação, até então possível e à sua maneira virtuosa. De início driblada pelos expedientes de subsídios aos setores de maior efeito multiplicador (automóveis e eletrodomésticos) e por uma agressiva expansão do crédito ao consumidor, a crise, no entanto, veio a se agravar no início da primeira gestão da presidente Dilma. [...] O agravamento do cenário econômico levou à conturbação do cenário político e à difusão do terrorismo econômico, fazendo que o país, depois das manifestações de maio e junho de 2013, se encaminhasse praticamente dividido às eleições presidenciais de 2014. (Jinkings, Doria e Cleto, 2016, p. 62)

Com todas essas nuances, 2015 fecha com queda de 3,8% no Produto Interno Bruto (PIB) e enorme elevação do desemprego. Isso, segundo Jinkings, Doria e Cleto (2016), abriu o espaço político para a contestação do segundo mandato da presidente Dilma.

Em 2 de dezembro de 2015, a Folha de S. Paulo publica o editorial *Colapso*, afirmando que o Brasil enfrentava uma das suas piores recessões com carimbo das administrações do PT e projeta um 2016 com uma visão pessimista para o setor econômico. O jornal diz que com os resultados do PIB de 2015: “Escaem-se [...] as esperanças de que 2016 possa trazer algum alento. [...] Mudar esse quadro sombrio demandará a implementação de um regime oposto ao que se construiu nas gestões petistas” (Folha de S. Paulo, 2 dez. 2015).

Ainda no final de 2015, o editorial *Muito Pior* de 29 de dezembro, afirma que no ano que se passou o governo não cumpriu suas metas e ratifica a visão pessimista da Folha para 2016.

Prevalece [...] a percepção de que o Brasil parou neste 2015. O governo de Dilma Rousseff, sem verbas para quase nada, conseguiu fazer muito pouco do que prometeu ao Congresso — e não tem ninguém a quem culpar pela herança maldita, a não ser a própria inépcia demonstrada no primeiro mandato. (Folha de S. Paulo, 29 dez. 2015)

Com a virada do ano, a narrativa pessimista continua. O editorial *Poucas Esperanças* de 1 de janeiro de 2016, mantém o tom para a economia, além de personalizar a crise figura da presidente Dilma.

[...] o ano que ora começa carrega poucas esperanças de renovação. A crise de 2015, infelizmente, continuará presente em 2016, e não se imagina que as dificuldades nessa área possam ser superadas sem que se resolva antes o enorme impasse no hoje infértil campo da política. Dilma, com sua notória incompetência política e administrativa, alimenta incertezas e não encampa as reformas necessárias. (Folha de S. Paulo, 1 jan. 2016)

Vemos, portanto, que os anos de 1964 e 2016, os governos de João Goulart e Dilma Rousseff, de acordo com os editoriais da Folha de S. Paulo, começam com uma perspectiva ruim, com um ponto em comum: a narrativa pessimista. A Folha de S.Paulo não enxerga virtudes nos dois governos. Pelo contrário, o jornal escancara uma visão extremamente negativa com as gestões, nas ações do ano anterior e cria um cenário futuro nebuloso, sem nenhuma perspectiva de melhora. O ambiente político, econômico e social em ebulação, são atrelados às más administrações federais.

Para Fairclough (2001), os textos apresentam resultados variáveis de natureza interdiscursiva, como também discursiva. Alguns textos conduzem a guerras ou a demissão de armas nucleares; outros levam as pessoas a perder o emprego; outros modificam as atitudes, as crenças ou as práticas das pessoas. Nesse sentido, fica claro o objetivo da Folha de São Paulo: descredibilizar os governos Jango e Dilma, trazendo um tom de péssimas conduções de mandatos e desesperançoso para o futuro.

4.2. MANIFESTAÇÕES

Em ambientes políticos e sociais com grandes agitações, como no ano do golpe militar, as manifestações se tornam comuns. Para Napolitano (2014), a batalha política em 1964 saía das instituições tradicionais e dos pequenos círculos

do poder para ocupar as ruas. De um lado, a esquerda, apoiadores das reformas e do outro a direita, os antirreformistas. A esquerda, mais experiente nesse tipo de batalha, parecia levar a melhor. Mas a direita não ficaria em casa, como mera expectadora.

A FAVOR OU CONTRA AS REFORMAS DE BASE?

Assim, se iniciou uma “batalha de manifestações” naquele ano. Para Napolitano (2014), a esquerda apostou todas as suas fichas em uma campanha de comícios, que já vinham acontecendo desde 1963, mas no ano do golpe ganhou apoio da máquina governamental. O momento inaugural seria o comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, marcado para o dia 13 de março. Este deveria ser o modelo para vários comícios reformistas por todo o Brasil, culminando em uma grande manifestação no Primeiro de Maio.

De acordo com Fico (2025), a manifestação da Central do Brasil, era parte de uma série de comícios que Goulart realizaria pelo país a fim de pressionar o Congresso Nacional tendo em vista a necessidade de aprovação das reformas de base. A estratégia era ousada porque, desde o ano anterior (1963), a oposição acusava Jango de pressionar o Congresso de forma autoritária, como se quisesse “ultrapassar” o parlamento. Ainda segundo Fico (2025), o próprio João Goulart não foi muito habilidoso quando, no ano anterior, disse que havia o risco de as reformas serem feitas “à margem da lei, pela vontade e pela disposição do povo”. Agora, planejava uma série de comícios para obrigar o Congresso a aprovar tais reformas.

Com o título "*Para Quê?*", o editorial da Folha de S.Paulo, do dia 14 de março de 1964 repercute o comício da Central do Brasil. O texto repudia a afirmação de Jango no palco dizendo que a multidão vale mais que a Constituição e completa: “especialmente quando se pensa em termos daquela multidão, arregimentada, como todos sabem, para bater palmas nas horas certas às palavras do presidente, que se porta como um pré-“fuehrer” (Folha de S. Paulo, 14 mar. 1964). A alusão ao ditador nazista alemão Adolfo Hitler, com o termo “pré-fueher”, mostra como o jornal enxergava o presidente e aquele contexto histórico turbulento, além de reiterar a visão que Jango tramava uma ruptura democrática.

O último parágrafo desse editorial escancara de vez essa visão de um João Goulart golpista e cutuca as forças armadas para uma tomada de decisão:

O comício de ontem, se não foi um comício de pré-ditadura, terá sido um comício de lançamento de um espúrio movimento de reeleição¹ do próprio sr. João Goulart. Resta saber se as Forças Armadas, peça fundamental para qualquer mudança desse tipo, preferirão ficar com o sr. João Goulart, traindo a Constituição e a pátria, ou permanecer fiéis àquilo que devem defender, isto é, a Constituição, a pátria e as instituições. Por sua tradição, elas não haverão de permitir essa burla. (Folha de S. Paulo, 14 mar. 1964)

Ainda sobre o comício, Napolitano (2014) relata que o presidente atacou os falsos democratas “antipovo”, o uso da religião cristã pela indústria do anticomunismo, defendeu os interesses nacionais e prometeu encaminhar as reformas. Conclamou o Congresso Nacional a ouvir o clamor das ruas pelas reformas e pela revisão da Constituição que impedia mudanças políticas e institucionais, como a ampliação do direito de voto e a reforma agrária.

De acordo com Fico (2025), Jango defendeu a necessidade de revisão da Constituição que, na sua visão, “não atende mais aos anseios do povo e aos anseios do desenvolvimento desta nação”. O presidente ainda declarou que a Constituição era antiquada porque “legaliza uma estrutura socioeconômica já superada, uma estrutura injusta e desumana”. Segundo a Agência Brasil, em matéria publicada em referência aos 60 anos do histórico comício, Jango ainda tratou da diminuição dos valores dos aluguéis; do decreto assinado permitindo a desapropriação de terras para reforma agrária na faixa de dez quilômetros às margens de rodovias, ferrovias, açudes e barragens e do decreto transferindo para a União o controle das refinarias de petróleo de Ipiranga (RS) e Capuava (SP). O presidente falou à multidão que: “a reforma agrária não é capricho de um governo ou programa de um partido. É produto da inadiável necessidade de todos os povos do mundo. Aqui no Brasil, constitui a legenda mais viva da reivindicação do nosso povo, sobretudo daqueles que lutaram no campo” (Agência Brasil, 2024, on-line).

¹ Pela Constituição de 1946, que estava em vigor, não era permitida a reeleição para presidente. Nota do autor.

Mas a direita não se encolheu naquele ano. De acordo com Napolitano (2014), na visão da direita, era preciso responder à mobilização reformista com uma mobilização de rua ainda maior, que fizesse com que donas de casa, empresários, lideranças conservadoras civis e religiosas, jovens da burguesia e da pequena burguesia saíssem às ruas para protestar contra o governo. Para isso, foi escolhida a cidade de São Paulo no dia 19 de março, Dia de São José, padroeiro da família. O santo foi mobilizado, simbolicamente, para atrair a causa dos trabalhadores. Segundo Fico, (2025), a marcha de São Paulo, foi uma espécie de resposta ao Comício da Central, mas dezenas de outras aconteceram em todo o país. O número de pessoas que compareceram à marcha de São Paulo foi maior do que o verificado no comício de Jango e, nela, as palavras de ordem mais ouvidas pediam a derrubada do presidente. O senador paulista Padre Calazans da União Democrática Nacional (UDN) discursou: “Nós somos o povo. Não somos do comício da Guanabara” (...). Segundo Napolitano (2014), além dos pedidos da queda do presidente Jango, os manifestantes empunhavam cartazes anti comunistas e contra a agenda reformista do governo. O Jornal Nexos, na série de textos: *Dia a Dia do Golpe, na Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, relata que os cartazes que se viam na manifestação traziam frases como: “Verde e amarelo, sem foice e sem martelo”, “reforma com Deus e pela pátria”, “democracia tudo, comunismo nada”. Esse era o tom do ato, a luta contra um fantasma do comunismo e a busca por uma reforma moderada, sem grandes mudanças sociais. (Nexos Jornal, 2024, on-line)

No dia seguinte à manifestação, a Folha de S. Paulo publicava o editorial *Povo, apenas Povo*, no qual demonstra seu apoio ao movimento, apontando que o “verdadeiro” povo brasileiro esteve nas ruas de São Paulo no dia anterior:

Ali estava o povo mesmo, o povo povo, constituído pela reunião de todos os grupos que trabalham pela grandeza da pátria, cioso de suas tradições e de suas crenças e consciente de seus destinos democráticos. Ali não estava nenhum ajuntamento suspeito, recrutado por órgãos especializados na manipulação de massas humanas para o aplauso ruidoso, porém desrido de significação, aos líderes que detêm o poder, ou a ele aspiram, ou nele desejam de alguma forma continuar. (Folha de S. Paulo, 20 mar. 1964)

O texto continua fazendo uma comparação entre as manifestações do dia 13 de março em defesa do presidente João Goulart e do ato do dia 19 de março contra o governo. No editorial, o Jornal demarca ideologicamente as manifestações: numa

estava a vontade manifesta do verdadeiro povo brasileiro, na outra uma multidão subversiva:

Não se interprete mal, entretanto, o significado daquilo a que se assistiu ontem. O povo não estava na rua para desafiar, para tripudiar, para forçar, para ameaçar. Estava pura e simplesmente para afirmar-se e afirmar sua crença. Para definir seus ideais e para mostrar, enfim, que o sentido do vocábulo povo não pode por mais tempo ser desvirtuado, deixando de significar a população como um todo, unida pelos mesmos sentimentos de nacionalismo, pela mesma capacidade de sofrer pela pátria, para definir apenas as suspeitas multidões arregimentadas para as greves políticas e para os comícios subversivos, essas multidões que os encarregados de defender a Constituição proclamam estarem acima da Constituição. Nem se venha amanhã dizer que o povo que ali se encontrou era o agrupamento dos que defendem as “estruturas arcaicas”. Não, era o povo que reconhece a necessidade de muitas reformas e preza a melhor adequação de muitas leis às necessidades do país. Mas que acredita que tudo isso se pode fazer dentro da ordem, sem agravo às instituições e, muito especialmente, sem necessidade de, por uma medida de atos injustificados, inverter os destinos históricos, que, mesmo sem querer, apropriada da pátria, em benefício dos inimigos da democracia. (Folha de S. Paulo, 19 mar. 1964)

OS ATOS DE 2016

O ano de 2016 não foi menos turbulento. Silva e Silva (2016) afirmam que, ao final de 2014, após o resultado acirrado da disputa eleitoral, as críticas ao governo Dilma foram intensificadas. Embora reeleita para o segundo mandato de seu governo, Dilma Rousseff se deparou com uma situação bem diferente de 2010. Desde o início do novo mandato, a rejeição da população ao governo foi uma constante. Iniciou-se, assim, um ciclo de manifestações com um tom até então desconhecido pela presidente: os discursos já não eram mais por uma mudança na forma de governar, mas por uma mudança de governo, pedindo a saída da presidente eleita.

Para Jinkings, Doria e Cleto (2016), as manifestações do ano do impeachment evidenciaram as divisões políticas que atravessam a nova classe trabalhadora quando parte dela acompanhou a classe média, através das recentes mudanças sociais que aconteceram nos anos anteriores. Ainda segundo Jinkings, Doria e Cleto (2016), essas manifestações foram encorajadas e empurradas pelos meios de comunicação de massa e partidos políticos de oposição, erguendo sua tradicional bandeira de luta contra a corrupção política e até em favor de uma

quebra democrática para restaurar “a ordem e o progresso”. E fez com uma violência, um ressentimento e um desejo sombrio de vingança não encontrados nem mesmo nas Marchas pela Família que encabeçaram o golpe de 1964 (Jinkings, Doria e Cleto, 2016).

Para Victor (2022), nascida nas Jornadas de Junho de 2013, a onda anti-sistema ganhou volume com a Operação Lava Jato a partir de 2014, ao desbaratar esquemas de corrupção na Petrobras, com foco em políticos do PT ou ligados ao partido, a cruzada anticorrupção transformou a onda antipolítica em onda anti esquerda.

A Folha de S.Paulo, no editorial *Recado Cabal* de 14 de março de 2016, caracteriza a manifestação pró-impeachment do dia anterior realizada em várias cidades do Brasil como: “a maior manifestação política de que se tem registro na história do país”. (Folha de S. Paulo, 2016).

[...] superando até mesmo a dimensão dos comícios pelas Diretas-Já em 1984, um impressionante contingente de brasileiros convergiu às ruas, de forma pacífica, bem-humorada e eloquente, num ato de definitiva rejeição. Rejeição que se volta não apenas contra um governo atolado na incompetência administrativa, na crise econômica e na arrogância pessoal de seus integrantes, mas contra um modelo político fundamentado na mistificação ideológica e nutrido pela corrupção. (Folha de S. Paulo, 14 mar. 2016).

O parágrafo final do editorial traz um recado direto ao governo Dilma:

A palavra está agora com a presidente. Os atos superaram as previsões mais pessimistas do Planalto. Apesar de sua extensão e força, o país permanece dividido — e numa crise que, de uma forma ou de outra, é urgente superar. (Folha de S. Paulo, 14 mar. 2016).

Fica claro, nos dois contextos, que os atos contra os governos João Goulart e Dilma Rousseff são vistos como manifestações que demonstram a vontade do povo e o clamor das ruas por mudanças. Em 1964, as manifestações pró Jango e pró-reformas são vistas como manifestações comunistas, subversivas e anti patrióticas. Em 2016, no período analisado, existem poucas menções nos editoriais às manifestações contra o impeachment e, quando citado, é vista como os últimos suspiros de apoio popular de um governo em queda.

O editorial *Recado Cabal*, já manda uma mensagem no título e exalta as manifestações daquele 14 de março como a maior da história do Brasil. Vemos, portanto, que a Folha de S. Paulo mantém uma coerência nos dois cenários, entendendo que as reivindicações da direita representam o caminho que a nação quer seguir, mas sem se aprofundar nas incoerências e nas visões antidemocráticas desse espectro político em 1964 e 2016. Em cada caso, o Jornal deixa evidente sua linha editorial mais a direta e, portanto, golpista se analisarmos os cenários sociais, políticos e históricos daqueles anos.

4.3. EIXO POLÍTICO

A QUEDA DE JANGO

Afinal, com toda efervescência política e social em 1964, o que levou à queda de João Goulart? Para Napolitano (2014), não basta apontar as falhas do governo que caiu, a começar pela eventual impostura do presidente da República, de muitos vícios privados e poucas virtudes públicas. É preciso entender o Golpe Militar como o resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista, cujas origens estão muito além das reações aos eventuais erros e acertos de Jango. Napolitano ainda aponta que o golpe foi o resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira, marcada pelo embate de projetos distintos de país, os quais faziam leituras diferenciadas do que deveria ser o processo de modernização e de reformas sociais. Ainda de acordo com Napolitano, (2014) apesar das boas intenções, o governo Jango, efetivamente, não teve importância; serviu apenas para a direita autoritária justificar seu golpismo e reiterar a necessidade do controle social dos trabalhadores.

Também é preciso entender os ataques que o governo Goulart recebeu. Fico (2025) aponta que existia uma enorme campanha de desestabilização que se abateu sobre a primeira parte do governo Goulart (1961-1963) patrocinada por organizações que contavam com recursos de empresários brasileiros e de agências norte-americanas, sobretudo o United States Information Service (USIS).

Essas organizações eram o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), que fazia a propaganda, e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), que a financiava. Muitos filmes foram produzidos sugerindo que João Goulart levava o Brasil para o comunismo. Equipamentos portáteis de projeção (sofisticados para a época) permitiam que esses filmes fossem exibidos em quartéis, navios, escolas etc. Livros também foram publicados; propaganda em rádio e na imprensa escrita, além de palestras pelo Brasil afora, foram financiadas. Para o governo norte-americano – que estava convencido de que Goulart representava uma ameaça – a ideia era manter o governo brasileiro à míngua em termos de empréstimos, apoiar a propaganda contra Jango e esperar a vitória de um moderado em 1965. (Fico, 2025 p.429).

A relação com o Congresso também não caminhava bem. De acordo com Fico (2025), na sessão de reabertura dos trabalhos legislativos em 1964, a mensagem do presidente causou impacto. João Goulart dizia que havia assumido “a responsabilidade de comandar a luta pela renovação pacífica da sociedade brasileira” e que era preciso fazer uma “consulta popular para a apuração da vontade nacional, mediante o voto de todos os brasileiros maiores de 18 anos, para o pronunciamento majoritário a respeito das reformas de base”. A ideia do plebiscito, evidentemente, causou comoção. A oposição passou a acusar Goulart de ter pretensões golpistas e setores da UDN, forte partido conservador à época, começaram a discutir um pedido de impeachment.

Em todo esse contexto, a imprensa foi fundamental para a construção do golpe. Napolitano (2014) cita que a imprensa preparou o clima para que os golpistas de todos os tipos, tamanhos e matizes se sentissem mais amparados pela opinião pública ou, ao menos, pela “opinião publicada”. Nesse sentido, os jornais passaram a ser peças-chave na conspiração a partir do final de 1963. Tradicionalmente ligada à linha liberal-conservadora, a grande imprensa brasileira consolidou a leitura de que o país caminhava para o comunismo e a subversão começava no coração do poder, ou seja, a própria Presidência da República.

No dia 2 de abril de 1964, dois dias após o golpe, a Folha de S. Paulo publica o editorial *Em Defesa da Lei*. Nesse trecho, o texto cita as manifestações da imprensa e da própria Folha ao decorrer do governo.

A cada abuso de poder crescia a apreensão natural das pessoas que têm consciência do regime constitucional [...]. Essa apreensão manifestou-se na maioria da imprensa brasileira independente. Este jornal registrou

numerosas vezes sua estranheza ante a cada vez maior ilegalidade em que ia mergulhando o governo federal, apelando ao patriotismo dos responsáveis pela coisa pública, a fim de que se reexaminassem as falsas posições e se dessem ao povo, com sinceridade, os frutos de um regime democrático sadiamente aplicado e vivido, em lugar dos engodos de um totalitarismo subversivo. (Folha de S. Paulo, 2 de abril de 1964)

É bem verdade que Jango, segundo Napolitano (2014), em manobra arriscada, queria utilizar a política das ruas para abrir caminhos à política institucional. Mas não necessariamente aderia à tese do fechamento do Congresso e da convocação da Assembleia Constituinte, defendida pela Frente de Mobilização Popular (FMP), forte grupo de esquerda a época, liderado por Leonel Brizola ou pela implantação das reformas por decreto, via Poder Executivo, tese defendida pelo Partido Comunista Brasil (PCB). Jango parecia não querer queimar as pontes com os setores conservadores moderados. Na verdade, os golpistas que destruíram paulatinamente as pontes, encaminhando-se nitidamente para a solução golpista. (Napolitano, 2014). Ao longo do editorial *Em Defesa da Lei*, é defendida abertamente a tese de que o governo Jango é comunista, que se tramava um golpe de Estado por parte do então presidente e que o país caminhava para uma ruína, ponto de vista esse, que já vinha sendo construído ao longo de 1964. O editorial sintetiza toda a visão da Folha de São Paulo sobre o presidente e seu governo, deixando claro seu posicionamento naquele momento de crise.

Não foi por falta de advertências que a situação nacional chegou ao estado em que hoje se encontra, de profunda crise militar e política, opondo-se ao presidente da República ponderável parcela das Forças Armadas e diversos líderes civis de incontestável autoridade, responsável pelo governo de importantes Estados da Federação. Ninguém por certo desejou tal situação, excluídos certamente os elementos comunistas para os quais a situação do país estará tanto melhor quanto pior em verdade for. Esses elementos, infelizmente, vêm agindo há muito em altos cargos da administração pública federal e, de certa maneira, orientando muitas ações do governo. [...] a sementeira vermelha se tornou cada dia mais abundante, não demorando a produzir os seus amargos e venenosos frutos [...]. A estrutura do país começou a abalar-se, ante os olhos atônitos dos homens sérios e trabalhadores, do povo ordeiro e construtor, que se viu humilhado repetidamente pela nova conceituação que à palavra povo se procurava dar, isto é, a de povo como sinônimo de multidão organizada e condicionada para o aplauso sem raciocínio. (Folha de S. Paulo, 2 de abril de 1964).

Como vimos em textos do eixo *Manifestações*, as vozes da esquerda e dos trabalhadores são enxergadas como subversivas e servem de argumento para defesa da ruptura democrática.

As sucessivas paralisações do país mediante greves que não nasciam dos trabalhadores mas de uma cúpula política bem engordada em cômodas posições de falsa liderança, falsa porque armada à custa do governo, ensombreceram ainda mais o ambiente nacional. (Folha de S. Paulo, 2 de abril de 1964).

É verdade que João Goulart estava isolado. Napolitano (2014) aponta que Jango encaminhava-se para a política das ruas, dos comícios e das assembleias populares, pois aproximar-se da política das ruas significava estar próximo dos movimentos e organizações de esquerda e davam a ele um sopro de vida, na medida que o presidente estava sem trunfos para negociar com um o Congresso arisco às reformas, perdendo apoio entre as elites empresariais e bombardeado pela imprensa. Mas, é preciso destacar ainda que, para Napolitano (2014), os documentos apontam que Jango em nenhum momento assumiu o rompimento com as instituições ou com o princípio de negociação, mesmo com o Congresso Nacional em pé de guerra contra a Presidência da República. Victor (2022), também aponta essa perspectiva afirmando que, diferentemente da versão vigente até hoje pelos militares, não havia nenhum dado concreto de que Jango preparava um golpe para implantar o comunismo no país nem de que algum grupo de esquerda tivesse condições para isso. Contudo, a Folha apontava para esse caminho.

[...] se os sentimentos do povo brasileiro claramente repelem o comunismo, se os elementos sabidamente comunistas têm sido sistematicamente batidos nas eleições em que prevalece o voto secreto e, mais do que isto, se têm obtido esmagadoras vitórias os líderes que se declaram ostensivamente contra os comunistas, por que haveriam estes de dominar no Brasil e dar o tom da política nacional? (Folha de São Paulo, 2 de abril de 1964)

No comício da Central do Brasil, Napolitano (2014) cita que no seu discurso o presidente João Goulart afastou qualquer possibilidade de “virada de jogo” por parte do governo, como um golpe de Estado, ao mesmo tempo que conclamou as massas para defender o seu governo e o projeto reformista, prevendo uma “luta que tanto maior será contra nós quanto mais perto estivermos do cumprimento de nosso dever”. Novamente, como ao longo de todo o texto, a Folha de S.Paulo põe o rótulo de reacionário no governo Jango, além de criticar e colocar dúvidas jurídicas nos decretos presidenciais.

Se existem meios constitucionais para resolver a maioria dos grandes problemas nacionais, assim como para realizar as reformas necessárias ao progresso do país, por que se fez desse tema reformista uma simples bandeira de agitação, pregada com violência e com evidente propósito, não poucas vezes, de atirar os vários grupos sociais uns contra os outros? E por que se passou a denunciar a Constituição, a lei suprema, como fonte de todos os males do país e instrumento de opressão do povo? E por que passou a atacá-la, exigindo sua reforma, o chefe do Poder Executivo, que jurou cumprí-la, quando essa iniciativa de reforma é prerrogativa de outro Poder? Não menos respeitáveis são as dúvidas que surgiram em tantas cabeças esclarecidas a respeito da juridicidade dos atos seguidamente praticados pelo presidente da República, quando sob forma de simples decretos baixou determinações e normas que só podem vigor quando sob forma de lei. Nessas atividades e em várias outras enxergou-se o propósito de eliminar o Congresso Federal, e de eliminá-lo não apenas pelo desprezo votado a suas atribuições específicas e prerrogativas, mas também pelo incitamento do povo mediante doutrinação sistematizada e perturbadora (Folha de São Paulo, 2 de abril de 1964).

Em outro trecho, o comício da Central do Brasil continua sendo duramente criticado, sendo descrito como um ato abertamente anti-democrático.

No lamentável comício do dia 13, na Guanabara, o que se viu e ouviu foi, diante dos chefes militares, a pregação aberta da revolução e do descumprimento da Constituição, ao mesmo tempo que os mais profundos sentimentos do povo eram ridicularizados pelos que mais deviam respeitá-los. (Folha de S. Paulo, 2 de abril de 1964).

Com a consolidação do golpe, vários comandantes do Exército assumiram a tese de que estavam agindo dentro da lei, defendendo o país do hipotético golpe de Jango e do comunismo. De acordo com Victor (2022), depois de abandonar Jango, a quem fora leal até poucos dias antes, o general Amauri Kruel, comandante do II Exército, enviou nota às emissoras de rádio e redações de jornal do Rio em que dizia:

O II Exército, sob o meu comando, coeso e disciplinado, unido em torno de seu chefe, acaba de assumir atitude de grave responsabilidade, com o objetivo de salvar a pátria em perigo, livrando-a do jugo vermelho [...]. O objetivo será o de romper o cerco do comunismo, que ora compromete e dissolve a autoridade do governo da República (Victor,2022, p.156).

Segundo Fico (2025), Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, vinha minando as bases do governo havia algum tempo. Ele tinha divulgado uma “instrução reservada” dirigida aos seus subordinados, no dia 20 de março de 1964, na qual descrevia a situação política posterior ao “Comício da Central”, dizendo identificar objetivos revolucionários “com o fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura”. Castelo Branco criou uma espécie de questionário que

buscava levantar informações práticas sobre a posição dos oficiais e os meios disponíveis. No documento principal de sua posição, o chefe do Estado-Maior mencionou a velha tese: os militares respeitavam a autoridade do presidente da República, mas “dentro dos limites da lei”. Essa tese é defendida no texto da Folha de São Paulo, que fecha o editorial defendendo a legalidade da ação do Exército. O Jornal deixa clara sua posição diante do cenário estabelecido, citando mais uma vez o comunismo e defendendo a “família brasileira”

Não houve rebelião contra a lei, mas uma tomada de posição em favor da lei. Na verdade, as Forças Armadas destinam-se a defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. Assim se deve enxergar o movimento que empolgou o país. Representa, fora de dúvida, um momento dramático de nossa vida, que felizmente terminou sem derramamento de sangue. E termina com a vitória do espírito da legalidade, reestabelecido o primado da Constituição e do Direito. Resta-nos esperar que os focos de resistência esboçados em raros pontos logo se desfaçam, para que a família brasileira reencontre no menor prazo possível a paz à qual tanto aspirava e o povo, livre da pregação e da ação dos comunistas que se haviam infiltrado no governo, volte a ter o direito, que lhe haviam tirado, de trabalhar em ordem e dentro da lei (Folha de S. Paulo, 2 de abril de 1964).

Para Napolitano (2014), os golpistas se assanharam com a presença da massa contra o governo Goulart e seus aliados. Não era mais preciso sussurrar nos palácios, pois agora as ruas também gritavam contra as reformas. Portanto, a ação contra o governo estaria legitimada, nos mesmos termos da esquerda que se arvorava em falar em nome do “povo”. De acordo com Victor (2022), o anticomunismo, como vimos escancarado nesse editorial, foi o principal fator para o golpe militar de 1964. Enxergamos, portanto, que, as manifestações contra o governo, o fantasma comunista, visões diferentes do projeto de país, juntamente com a narrativa da imprensa, criaram o cenário do golpe.

O IMPEACHMENT DE DILMA

Partindo para 2016, percebemos que o impeachment de Dilma Rousseff se mostrou a quebra de anos democráticos no Brasil e o começo da instabilidade política do país visto até 2022.

O golpe de 2016 marca uma fratura irremediável no experimento democrático iniciado no Brasil em 1985. Ainda que com limitações e

contradições, a ordem balizada pela Constituição de 1988 garantia a vigência das instituições mínimas da democracia liberal: o voto popular como meio necessário para a obtenção do poder político e o império da lei. A derrubada da presidente Dilma, mediante um processo ilegal, sinalizou que tais institutos deixaram de operar e, por consequência, o sistema político em vigor no país não pode mais receber o título de “democracia” – mesmo na compreensão menos exigente da palavra. (Jinkings, Doria e Cleto, 2016, p. 29)

De acordo com Jinkings, Doria e Cleto (2016), mesmo limitada, a democracia brasileira incomoda às classes dominantes. Afinal, se o consentimento da maioria se torna condição para o exercício do poder, pode ser que o interesse dessa maioria se faça ouvir também. Ainda para Jinkings, Doria e Cleto (2016), os mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT) entenderam que era necessário cuidado ao mexer com os privilégios dos grupos mais poderosos; na verdade, assumiram que eles deveriam ser acomodados, não afrontados.

É possível identificar, então, um componente material e outro “simbólico” para a inconformidade com os governos petistas. A redução da miséria afeta uma vulnerabilidade social que é funcional para largos setores do capital. [...] O outro componente, “simbólico”, não é, na verdade, desprovido de materialidade. Os anos petistas foram acompanhados por uma sensação de que hierarquias seculares estavam sob ameaça. As mulheres, as lésbicas, os gays e as travestis, as populações negras, as periferias: grupos em posição subalterna passaram a reivindicar cada vez mais o direito de falar com sua própria voz [...] Os privilegiados perderam a sensação de que sua superioridade social era natural, logo inconteste, e perderam também a exclusividade na ocupação de posições de prestígio. Para eles, o risco da democracia é esse: ela abre uma brecha para que se ouçam vozes silenciadas, para que o jogo das elites seja bagunçado. (Jinkings, Doria e Cleto, 2016, p. 30-31)

De acordo com Jinkings, Doria e Cleto (2016), o impeachment é o último recurso aplicado pela Constituição contra um mandato democraticamente eleito. Não foi apresentado nenhum crime de responsabilidade dolosamente cometido pela presidente, uma vez que as chamadas pedaladas fiscais não passam de manobras fiscais que, por mais que sejam uma anomalia, não estão previstas na Constituição como passíveis de crime de responsabilidade. Então, por que houve o impeachment de Dilma Rousseff?

O que se formou, então, para a garantia da aprovação do impeachment e, portanto, do golpe, foi um consenso entre o presidente (afastado) da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, [...] com o vice-presidente Michel Temer [...] e com todo o status quo do PMDB, do PSDB e de outros partidos que viram no golpe a chance de [...] assaltarem o poder a fim de

desenvolver seus interesses próprios, mesmo que estes tenham sido derrotados nas urnas. (Jinkings, Doria e Cleto, 2016, p.36)

Nesse contexto de luta por manutenção de privilégios e criação de narrativas, a grande mídia se torna uma arma poderosa. A parceria deliberada entre as elites, a direita e a grande mídia, montava todo um cenário para a criminalização do petismo, por consequência da presidente Dilma e da esquerda, no geral. (Jinkings, Doria e Cleto, 2016).

No dia 3 de abril de 2016, 14 dias antes da emblemática votação do impeachment no plenário do Congresso Nacional, na qual a presidente Dilma foi afastada do cargo, a Folha de S. Paulo publica em sua capa o editorial *Nem Dilma, Nem Temer*. Na abertura do texto, o Jornal deixa claro sua visão sobre Dilma Rousseff e a jurisprudência do processo de impeachment.

A presidente Dilma Rousseff (PT) perdeu as condições de governar o país. É com pesar que este jornal chega a essa conclusão. Nunca é desejável interromper, ainda que por meios legais, um mandato presidencial obtido em eleição democrática. (Folha de S.Paulo, 3 abril. 2016)

O jornal defende o argumento que o impedimento está dentro da lei, mesmo a Constituição não prevendo as chamadas pedaladas fiscais como crime de responsabilidade. O tema corrupção e recessão volta a ser citado neste texto. A intenção é passar a ideia de que o afastamento da presidente Dilma e do PT, acabariam com a corrupção do país e que o Brasil voltaria a melhorar economicamente, como era o mote das manifestações daquele ano. Para Victor (2022), a percepção sobre o monstro da corrupção, amplificado pelas lentes justiceiras da Lava Jato e de uma cobertura jornalística acrítica e parceira da operação, transformou-se, para parcela expressiva da população e para a maioria esmagadora dos conservadores, no mal maior do país, a causa de todos os problemas que enfrentávamos. A Folha ratifica essa visão, demonstrando que Dilma e o PT são os principais fatores da corrupção e crise econômica do Brasil.

Depois de seu partido protagonizar os maiores escândalos de corrupção de que se tem notícia; depois de se reeleger à custa de clamoroso estelionato eleitoral; depois de seu governo provocar a pior recessão da história, Dilma colhe o que merece. (Folha de S. Paulo, 3 de abril de 2016)

Segundo Jinkings, Doria e Cleto (2016), mesmo que Dilma passasse por um processo de queda na popularidade e avaliações negativas, o voto ainda era a única forma de tirá-la do poder de forma legítima.

A prática do golpe de Estado legal parece ser a nova estratégia das oligarquias latinoamericanas. Testada em Honduras e no Paraguai, ela se mostrou eficaz e lucrativa para eliminar presidentes (muito moderadamente) de esquerda.. (Jinkings, Doria e Cleto, 2016, p.57)

Mais à frente, o texto cria uma tese de ação e consequência, argumentando que com Dilma o país está paralisado.

Mesmo que vença a batalha da Câmara, o que parece ser cada vez mais improvável, não se vislumbra como ela passa voltar a governar. Os fatores que levaram à falência de sua autoridade persistirão. Enquanto Dilma Rousseff permanecer no cargo, a nação seguirá crispada, paralisada. É forçoso reconhecer que a presidente constitui hoje o obstáculo à recuperação do país. (Folha de S. Paulo, 3 de abril de 2016)

Seguindo adiante no editorial, a Folha de S. Paulo tenta adotar um tom mais equilibrado. Pondera sobre a força jurídica das pedaladas fiscais e passa a defender que a presidente e o vice-presidente, Michel Temer, democraticamente eleitos, renunciem, o que seria um caminho menos traumático para o Brasil. De qualquer forma, entende que uma ruptura democrática é o melhor caminho para o país.

Esta Folha continuará empenhando-se em publicar um resumo equilibrado dos fatos e um espectro plural de opiniões, mas passa a se incluir entre os que preferem a renúncia à deposição constitucional. Embora existam motivos para o impedimento, até porque a legislação estabelece farta gama de opções, nenhum deles é irrefutável. Não que faltem indícios de má conduta; falta, até agora, comprovação cabal. Pedaladas fiscais são razão questionável numa cultura orçamentária ainda permissiva. [...] o impeachment tenderá a deixar um rastro de ressentimento. Já a renúncia traduziria, num gesto de desapego e realismo, a consciência da mandatária de que condições alheias à sua vontade a impedem de se desincumbir da missão. A mesma consciência deveria ter Michel Temer (PMDB), que tampouco dispõe de suficiente apoio na sociedade. (Folha de S. Paulo, 3 de abril de 2016)

O trecho final escancara a visão da Folha, Dilma fora vai tirar o país da calamidade pública que o Partido dos Trabalhadores colocou. “Dilma Rousseff deve renunciar já, para poupar o país do trauma do impeachment e superar tanto o impasse que o mantém atolado como a calamidade sem precedentes do atual governo”. (Folha de S. Paulo, 3 de abril de 2016)

Fica evidente, tanto em 1964 quanto em 2016, que a Folha de S.Paulo via a queda de João Goulart e Dilma Rousseff como única saída para o fim da crise política e econômica que o país passava. Em 1964, a narrativa criada do pseudo golpe comunista de Jango e, em 2016, a luta contra a corrupção, a falta da governabilidade e os avanços sociais dos governos do PT, se tornaram argumentos para o mesmo objetivo: a queda de governos eleitos democraticamente que buscavam, cada um à sua maneira e com seus erros, avanços para a população mais vulnerável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Fairclough (2014), o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, moldam e restringem suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo. Dessa forma, as narrativas empregadas nos editoriais da Folha de S. Paulo nos períodos analisados, buscaram reconfigurar as relações de poder estabelecidas, trazendo uma nova concepção de mundo e estabelecendo novas práticas sociais.

Nesse caminho, para Fairclough, o discurso é um modo de ação, uma forma em que as pessoas - nesse caso, uma instituição: a Folha de S. Paulo - podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros. Demonstramos durante a análise que, em cada cenário, 1964 e 2016, o jornal discursou em favor de movimentos golpistas. Mais que isso, ficou clara nossa hipótese que o jornal utilizou narrativas semelhantes no golpe militar e no impeachment de Dilma Rousseff, quando analisados os eixos temáticos que este trabalho se propôs: Expectativas de Início de Ano, Manifestações e do Político.

Além disso, percebemos a ideologia política dominante da Folha de S. Paulo. Os governos João Goulart e Dilma Rousseff, com todos os seus defeitos e críticas, eram governos preocupados com justiça social, busca de direitos e uma melhor distribuição de renda. O Jornal adotou uma visão de mundo conservadora nos dois contextos, visto que faz parte de um aglomerado de mídia capitalista, defensor de interesses privados e não populares.

Fairclough (2014) entende ideologia como significações e construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) e contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. Nesse sentido, a ideologia da Folha construiu o discurso político que teve como objetivo transformar as relações de poder estabelecidas nos dois contextos através de narrativas e argumentos que buscavam descredibilizar os governos analisados e, por fim, legitimar movimentos golpistas.

Para Jinkings, Doria e Cleto (2016), o golpe de Estado militar de abril de 1964 foi uma tragédia que mergulhou o Brasil em vinte anos de ditadura militar, com centenas de mortos e milhares de torturados. O golpe de Estado parlamentar de 2016 é uma farsa, um caso tragicômico,(Jinkings, Doria e Cleto (2016)no qual se vê a união de parlamentares reacionários derrubar uma presidente democraticamente eleita.

O que a tragédia de 1964 e a farsa de 2016 têm em comum é o ódio à democracia. Os dois episódios revelam o profundo desprezo que as classes dominantes brasileiras têm pela democracia e pela vontade popular. Quando esse desprezo pela democracia é apoiado pela imprensa, em especial como apontado neste estudo por um grande jornal, o efeito é ainda mais nocivo, visto a força que esses veículos empregam na sociedade e na opinião pública.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Há 60 anos, Jango fazia seu histórico comício na Central do Brasil. Brasília: Agência Brasil, 13 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/ha-60-anos-jango-fazia-seu-historico-comicio-na-central-do-brasil>. Acesso em: 19 out. 2025.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social** / Norman Fairclough; Izabel Magalhães, coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio - Brasília : Editora Universidade de Brasília. 2001.

Fico, Carlos **Utopia autoritária brasileira [livro eletrônico] : como os militares ameaçam a democracia brasileira desde o nascimento da República até hoje** / Carlos Fico; revisão técnica de João Roberto Martins Filho. – São Paulo : Planeta do Brasil, 2025.

FOLHA CHEGA AOS 94 ANOS. Arte Folha – Poder. São Paulo: UOL, 19 fev. 2015. Disponível em: <https://arte.folha.uol.com.br/poder/2015/02/19/folha-chega-aos-94-anos/>. Acesso em: 12 jan. 2026.

FOLHA DE S.PAULO. Edição n. 1350, 1º jan. 1964. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1964. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=1350&anchor=4410271&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=e40eb5b89361bee58454369b71188636>. Acesso em: 19 out. 2025.

FOLHA DE S.PAULO. Edição n. 1351, 2 jan. 1964. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1964. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=1351&anchor=4410389&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=28e446801c6fa203db68c468f3f5731c>. Acesso em: 19 out. 2025.

FOLHA DE S.PAULO. Edição n. 1423, 14 mar. 1964. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1964. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=1423&anchor=4419886&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=11263d409d00444bcd190fe43483bcc6>. Acesso em: 8 nov. 2025.

FOLHA DE S.PAULO. Edição n. 1429, 20 mar. 1964. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1964. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=1429&anchor=4447896&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=1d943e6ab4a56a86c24d461758b05b18>. Acesso em: 8 nov. 2025.

FOLHA DE S.PAULO. Edição n. 1442, 2 abr. 1964. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1964. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=1442&anchor=4420663&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=65637ea2b8e533e0065d6bad082399a5>. Acesso em: 8 nov. 2025.

FOLHA DE S.PAULO. Edição n. 20 456, 1 jan. 2016. São Paulo: Folha de S.Paulo, 2016. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=20456&anchor=6012377&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=c759e01e841807c81b10729f17582ebf>. Acesso em: 19 out. 2025.

FOLHA DE S.PAULO. Edição n. 20.453, 29 dez. 2015. São Paulo: Folha de S.Paulo, 2015. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=20453&anchor=6012189&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=6cb7c2a3b9013d14ff31412258ad3463>. Acesso em: 8 nov. 2025.

FOLHA DE S.PAULO. Edição n. 20.549, 3 abr. 2016. São Paulo: Folha de S.Paulo, 2016. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=20549&anchor=6020050&origem=busca&originURL=&maxTouch=0>. Acesso em: 8 nov. 2025.

FOLHA DE S.PAULO. Edição n. 20426, 2 dez. 2015. São Paulo: Folha de S.Paulo, 2015. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=20426&anchor=6009930&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=b5b6d5d059588c29bb04b8657e80fdb0>. Acesso em: 19 out. 2025.

FOLHA DE S.PAULO. Edição n. 20529, 14 mar. 2016. São Paulo: Folha de S.Paulo, 2016. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=20529&anchor=6018181&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=8759bc558dc30390afce578f19192d97>. Acesso em: 8 nov. 2025.

IANNONI, Marcus. **Sobre o quarto e o quinto poderes.** Revista Communicare, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 51–64, 2005. Disponível em: <http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/CIENCIAPOLITICA/quarto%20e%20quinto.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2025.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos Golpe? : para entender o impeachment e a crise política no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2016. 1. ed. 176 p.

JORNais NO BRASIL – EVOLUÇÃO DA CIRCULAÇÃO TOTAL, IMPRESSA E DIGITAL (2015-nov.2023). *Circulação de jornais no Brasil*. Brasília: Poder360, 2023. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/12/circulacao-jornais-IVC-nov2023.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2026

MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONT'ALVERNE, Camila; MITOZO, Isabele Batista. **A empresa jornalística como ator político: um estudo quanti-qualitativo**

sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão.
Observatorio (OBS) Journal*, v. 12, p. 224–245, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NEXO JORNAL. Marcha da Família com Deus pela Liberdade. São Paulo: Nexo Jornal, 18 mar. 2024. Disponível em:
<https://www.nexojornal.com.br/serie/2024/03/18/marcha-familia-deus-liberdade>. Acesso em: 19 out. 2025.

SANTOS, Cynthia Adrielle da Silva; COSTA, Alessandra de Sá Mello da. **A construção metafórica do Golpe de 1964: uma análise discursiva dos editoriais do jornal Folha de São Paulo**. Revista ADM.MADE, v. 25, n. 1, p. 81–103, 2021. Disponível em:
<https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/admmade/article/view/8036>. Acesso em: 15 nov. 2025.

SILVA, Edvania Gomes da; SILVA, Alessandra Souza. **Polêmica discursiva nas manifestações anti e pró governo Dilma Rousseff**. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, SP, v. 58, n. 1, p. 45–62, 2016. DOI:
10.20396/cel.v58i1.8646153. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8646153>. Acesso em: 19 out. 2025.

Traquina, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são /**. Florianópolis: Insular, 2. ed., 2005 224p.

VAN DIJK, Teun A. **La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información**. Barcelona: Paidós, 1990.

Victor, Fábio. **Poder Camuflado: os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

